

Distribuição  
GRATUITA

# Jornal do Engenheiro

FILIADO À FISENGE

SINDICATOS DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO • ANO X • Nº 13 • RECIFE, NOV/93



## EDITORIAL

Um dos maiores males deste País, certamente, é a impunidade. A falta de punição para aqueles que cometem crimes, sobretudo os mais abastados, que representam ponderáveis setores das elites ou estão incrustados nos centros decisórios da Nação, está levando o Brasil a uma das mais graves formas de degradação.

Em um País onde mais de 30 milhões de pessoas vivem abaixo do limite de pobreza extrema, contabilizam uma das maiores inflações do mundo e enfrentam carências em todos os chamados **indicadores sociais** (educação, saúde, habitação, desemprego, baixos salários, etc), ainda assim, o povo, contrariando todas as formas de direitos humanos, encontra meios de sobreviver. Mas, convenhamos, é muito duro viver com a indignidade, a falta de ética, a ausência de vergonha na cara. Essa correção de valores de ética e moral, o povo brasileiro exige e cobra de suas elites empresariais e dos dirigentes públicos responsáveis pelos destinos da Nação.

Decorrido quase um ano do impeachment de Collor - em cujo governo pipocaram os casos de corrupção, negociatas, enriquecimentos ilícitos e outras falcatruas contra o dinheiro público -, não se conhece nenhuma punição jurídica para os acusados. Pelo menos até agora. Nesta trilha de assaltos aos cofres da Nação, muda-se o cenário do Executivo para o Legislativo. Mais precisamente, para a Comissão de Orçamento da Câmara Federal. E com os mesmos ingredientes malignos: corrupções, negociatas e enriquecimento ilícito envolvendo poderosos grupos de empreiteiras, parlamentares e funcionários burocratas.

Com justificada razão, as empreiteiras passaram a ser conhecidas como sinônimo de safadeza e maracutãia, por culpa dos maus empresários do setor. E não surpreende um levantamento feito pelo Sindicato da Indústria da Construção de São Paulo constatar que apenas oito empreiteiras recebem quase 70% das receitas gastas pelo País em obras públicas.

Preocupado com o zelo e o desempenho da engenharia brasileira, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento da Nação, e com a manutenção dos princípios éticos profissionais dos colegas engenheiros, o SENGE-PE exige que os integrantes da CPI do Orçamento proceda a mais completa apuração dos fatos denunciados para a punição dos culpados. É necessário que se separe o joio do trigo colocando na cadeia os empresários, políticos e burocratas corruptos e corruptores, para que não paire qualquer dúvida sobre as empresas sérias, os bons parlamentares e as instituições públicas. Somente assim, com a moralização dos Poderes legalmente constituídos, é que estaremos consolidando definitivamente a democracia no nosso País.

A DIRETORIA

CREA

### Osvaldo fala de sua administração

Págs. 3 e 4

CHESF

### Engenheiros têm pauta específica

Pág. 2

PLANO VERÃO

### URP está garantida

Pág. 2

# Pauta Específica dos Engenheiros na Chesf

Na campanha salarial de 1993/94, os engenheiros da Chesf estão com uma pauta específica de suas reivindicações que foi encaminhada com as pautas dos majoritários à mesa de negociação. A pauta específica foi discutida e aprovada em assembleia no SENGE-PE. A convocação da assembleia, respaldada na lei, atendeu à solicitação de grande número de engenheiros da Chesf cuja categoria é bastante representativa naquela empresa.

Todos os anos os engenheiros sempre participaram com a Intersindical/NE na mesa de negociações. Este ano, no fechamento da pauta na reunião, em Carpina, o SENGE não foi convidado. Nesta ocasião, muitos engenheiros da Chesf solicitaram ao Sindicato uma pauta específica.

São as seguintes as reivindicações dos nossos colegas da Chesf para serem unificadas na pauta dos majoritários: 1) Piso específico dos engenheiros; 2)

Passivo trabalhista; 3) Dias de greve; 4) Verba destinada à promoção e acesso; 5) Treinamento; 6) Carreira; 7) Liberação de dirigentes sindicais; 8) Autoria técnica; 9) Contribuição confederativa; e 10) Concessão de formulário SB-40.

O SENGE espera que nos próximos anos as reivindicações dos engenheiros sejam consideradas para podermos apresentar pauta única, filosofia que sempre defendemos como Diretoria e membro da FISENGE.

## Nossa URP Asegurada

Através do Enunciado nº 317 o Tribunal Superior do Trabalho - TST reconheceu a existência de DIREITO ADQUIRIDO que representa a consolidação do pensamento da maioria dos juizes da corte máxima da Justiça do Trabalho com relação à deliberação favorável da URP de fevereiro de 1989.

Assim, mesmo que haja

uma decisão contrária nas instâncias inferiores (Juntas de Conciliação e Julgamento e o Tribunal Regional do Trabalho), deveremos ganhar no TST. Para que isso aconteça o processo terá que seguir tramitação normal. sentido, é necessário que se dê entrada na ação trabalhista até fevereiro de 94 nas Juntas de Conciliação

Trabalhista do TRT. Dois grupos de engenheiros, da Chesf e Compesa já deram entrada na Justiça. Não é preciso procuração do colega. O Sindicato representa todos os sócios com a figura do Substituto Processual. ORGANIZE-SE NA SUA EMPRESA E PROCURE O SENGE COM URGÊNCIA.

## Engenheiros da RFFSA e CBTU Criam Coordenação Nacional

Reunidos no dia 26 de outubro passado, em Brasília, os engenheiros da RFFSA e CBTU criaram a Coordenação Nacional dos Engenheiros Ferroviários (CNEF), que irá organizar as lutas da categoria, principalmente nas campanhas salariais e contra o processo de desmantelamento das duas empresas através das estadualizações e as desativações de algumas superintendências como está em pauta, hoje, no Governo Federal.

A criação da Coordenação Nacional visa buscar entendimento com os majoritários e as empresas. Organizados através de Associações de Engenheiros, da Federação (FAEP) e dos Sindicatos dos Engenheiros, os colegas da RFFSA e CBTU, tiveram que pedir na campanha salarial 93/94 a instauração do Dissídio Coletivo - alguns SENGES apresentaram pauta isoladamente por não terem sido

aceitos pelos majoritários nem pelas empresas.

Com a fundação da CNEF os SENGES vão realizar assembleias para a escolha dos seus representantes sindicais da RFFSA e CBTU junto à Coordenação Nacional. Entre outras, são atribuições dos representantes; participar das reuniões da CNEF; consolidar as pautas de reivindicações a nível nacional; e participar das negociações junto às empresas.

## Dia do Engenheiro

O próximo dia 11 marca em todo o País a data consagrada aos engenheiros. O SENGE-PE entende que, apesar das dificuldades que a nossa categoria está enfrentando (desemprego, baixos salários, universidade com problema, crise econômica, etc), embora não haja motivos para comemorações, não poderemos deixar de registrar a data. Assim, estamos discutindo com os companheiros de Diretoria uma forma de realizarmos um evento compatível com a situação para nos juntarmos aos colegas naquele dia.

## Estatuto na fase Final

Já se encontra em processo final as discussões do novo Estatuto do SENGE/PE iniciadas em junho passado. Todas as entidades representativas dos engenheiros em Pernambuco receberam cópias do modelo preliminar às quais foram solicitadas contribuições. Até o final deste mês encerraremos as discussões na Diretoria e, em dezembro, será convocada a assembleia para juntarmos todas as colaborações e decidir pelo novo Estatuto da nossa entidade.

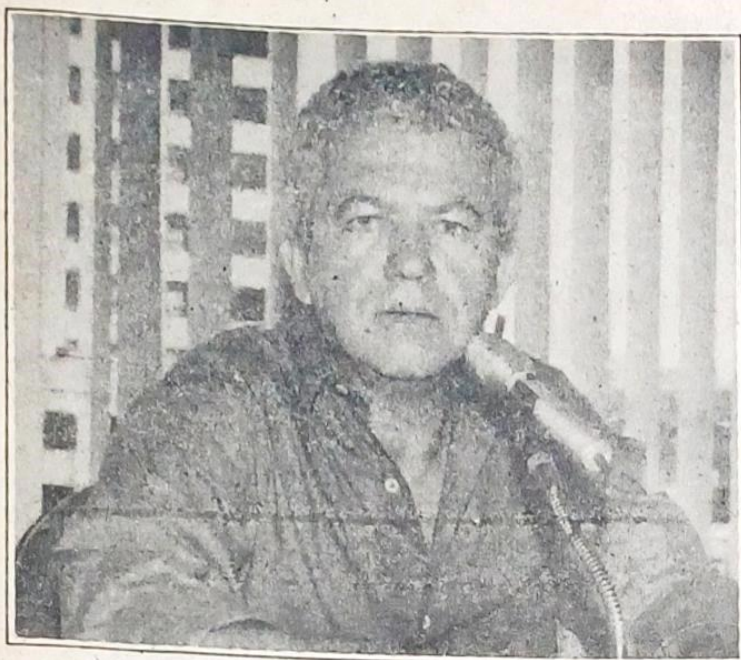
As mudanças principais até agora são: 1) Nova estrutura para o SENGE com a redução de 24 para 16 diretores, onde os novos cargos terão atribuições mais definidas; 2) Criação do Conselho de Representantes Sindicais - que permite a eleição de representantes do SENGE nas empresas - com os mesmos direitos dos diretores; e 3) Flexibilidade na mudança ou substituição de diretores, quando for o caso.

### EXPEDIENTE

Presidente: Carlos Roberto Aguiar.  
Vice-Presidente: José Lima de Souza.  
Dir. Tesoureiro: Clayton Ferraz de Paiva.  
Dir. Secretário: Leonardo Teixeira de Sales.  
Dir. Ciência e Tecnologia: Adelson de Souza Neves.  
Dir. Divulgação e Cultura: Clóvis Arruda D'Anunciação. Dir. Relações Sindicais: Severino José da Silva.  
Sup. de Diretoria: Amaro Viana de Queiroz.  
Sup. de Diretoria: José Rodolfo Rangel Moreira Cavalcanti.  
Sup. de Diretoria: José Anchieta de Vasconcelos Gomes.  
Sup. de Diretoria: Joaquim Soares da Mota Filho.  
Sup. de Diretoria: Francisco Nicodemus Campos.  
Sup. de Diretoria: José Antônio Gonçalves da Silva. Sup. de Diretoria: Nelson Vianna Peçoly.  
Rep. na Consenge: Arnaldo Torres Santos.  
Rep. na Consenge: Carlos Alberto Leite Silva.  
Rep. na Consenge: Roberto Luiz de Carvalho Freire.  
Sup. na Consenge: Alberto Benning Paes Barretto. Conselho Fiscal: José de Albuquerque Porciuncula Filho.  
Conselho Fiscal: João Francisco Silveira de Moraes. Conselho Fiscal: Erick Torres Poggi de Figueiredo.  
Sup. do Conselho Fiscal: Laércio Flávio de Meneses Guedes.  
Sup. do Conselho Fiscal: Edjair de Siqueira Alves.  
Sup. do Conselho Fiscal: Deusdedit Mello Filho.

Este jornal é uma publicação oficial do Sengen-PE, Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco. Rua Afonso Pena, 149 - Recife-PE. Redação, Revisão e Edição: Romildo Porto. Jornalista Responsável: Romildo Porto. Diagramação e Ilustração: Libório. Composição: Jairo Barbosa. Impressão: Williams Cavalli. Tiragem: 2.000 exemplares.

Recife - Nov/1993.



*Às vésperas da eleição do seu sucessor na presidência do CREA-PE, Osvaldo Fonseca faz um balanço da sua administração e se considera satisfeito com o processo de democratização do Conselho. Com orgulho diz que Pernambuco, hoje, a nível nacional, é uma das referências de avanço e democracia do sistema CONFEA/CREA's. Entre outras conquistas, ressalta a abertura do CREA-PE às categorias que ainda não tinham representação no Conselho, como os engenheiros de pesca, cartográficos e florestais.*

*Apona, também, a constante luta na sua administração pelo Salário Mínimo Profissional e o posicionamento do Conselho diante das questões relevantes a níveis nacional e local, na fiscalização preventiva integrada e atendendo à sociedade através das entidades populares.*

## Osvaldo: Missão Cumprida

**SENGE - Enquanto se prepara para entregar o cargo ao sucessor, qual a avaliação que você faz da sua administração, junto com os demais companheiros de Diretoria?**

**OSVALDO -** O CREA, diferentemente das entidades profissionais, foi concebido de forma a ter toda a sua diretoria eleita indiretamente, inclusive o presidente. Os eleitores legais eram os conselheiros, que escolhiam em sessão plenária, o profissional para dirigir o Conselho. Nossa participação desde o início, ainda como conselheiro, foi voltada à democratização da instituição. Juntamo-nos ao grupo de profissionais que compungavam desse mesmo princípio e, hoje, é com muita satisfação que vemos o fruto desse trabalho que não foi fácil: a primeira eleição direta do sistema CONFEA/CREA's definida em lei. Existe, ainda, uma falha na lei, pois só foi regulamentada a eleição do presidente do CREA e do CONFEA, permanecendo a diretoria a ser escolhida anualmente entre os conselheiros. Por conta desta alta rotatividade tivemos ao longo dos dois mandatos seis diretorias diferentes, onde o critério de escolha desses diretores pesava mais a representatividade das categorias profissionais das câmaras especializadas exis-

tentes no CREA-PE e entidades registradas, do que mesmo no alinhamento político dos seus integrantes. Diante disto, tivemos grupos de diretores muitas vezes com princípios ideológicos antagônicos, sem no entanto prejudicar os trabalhos desenvolvidos.

Quanto à avaliação do nosso trabalho, a percepção que temos é que trilhamos o caminho certo. Pernambuco é hoje, a nível nacional, uma das referências de avanço e democracia do sistema CONFEA/CREA's. A nível estadual, acreditamos que a abertura do Conselho às categorias que ainda não tinham representação como os engenheiros de pesca, cartográficos e florestais, bem como a criação das Câmaras de Engenharia Elétrica e Pesca na nossa gestão, são pontos referenciais de um CREA novo e democrático. Nossa proposta de trabalho sempre foi voltada a atender os clientes de forma global, pois ao mesmo tempo em que criávamos a Sala das Entidades e repassávamos parte da arrecadação da receita de A.R.T. às entidades profissionais conveniadas, também treinávamos nosso pessoal para que o serviço do CREA-PE fosse considerado de qualidade. Quem ainda se lembra do Balcão de Atendimento e dos prazos infinitos do CREA antigo? Ainda bem

que isso é passado.

**SENGE - Com várias diretorias suprapartidárias, por que um dos candidatos vem acusando o CREA de ser "um instrumento de política partidária?"**

**OSVALDO -** Acredito que esse tipo de declaração é fruto de total desinformação de que seja o CREA-PE. Aliás, a desinformação desse candidato faz confundir o CREA de hoje com o CREA da década de 60 quando o mesmo encerrou suas atividades político-profissional. Passaram-se mais de 30 anos e esse candidato continua vivendo aquela época em que o AI-5, o 477 e outros instrumentos de repressão eram utilizados para mascarar os verdadeiros objetivos dos grupos econômicos que sempre mantiveram o poder de mando no País, hoje representados pela maioria das grandes empreiteiras, causadoras de enormes prejuízos à Nação. O discurso da participação do CREA é falso, como também é falso o discurso de que o CREA-PE se descuida da valorização profissional. Basta consultar os jornais dos últimos anos para ver a presença do CREA-PE na luta pelo Salário Mínimo Profissional, posicionando-se nas questões relevantes a nível nacional e local, na fiscalização preventiva integrada, nos Conselhos e Comissões

oficiais e atendendo a sociedade através das suas entidades populares. A propaganda eleitoral desse candidato se refere ao CREA velho, onde já não existe nem lembranças no CREA democrático de hoje. Seria interessante que os candidatos à presidência dos CREA's se informassem antes pelo menos da legislação em vigor, para evitar vexames junto ao eleitorado.

**SENGE - Apesar de a Diretoria que assume ter o seu programa de trabalho estruturado, que sugestões daria ao seu sucessor para tornar o CREA mais forte junto às categorias que representa e no apoio às lutas da sociedade civil?**

**OSVALDO -** A legislação brasileira define que enquanto os Sindicatos têm obrigação de defender o profissional sindicalizado, o CREA tem obrigação de defender a sociedade do mau uso da profissão, quer seja por leigo, quer seja por profissional inescrupuloso. Diante desta Diretoria, acreditamos que os sistema CONFEA/CREA's tem obrigação de apoiar todas as iniciativas do governo e/ou Congresso Nacional na apuração dos recentes fatos envolvendo empreiteiras na elaboração do Orçamento da União, como ocorreu na apuração da CPI do canal da Maternidade onde o

## CONTINUAÇÃO

CREA-DF, comprovou o superfaturamento da obra, o mesmo ocorrendo com o CREA-AL nas obras do Hospital Geral e prédio da CEME, como também com o CREA-SC, com a duplicação da Régis Bitencourt, entre outros. A atuação dos CREA's a favor da sociedade, desistindo-se do seu corporativismo é que vai fazer com que se fortaleça o nosso Conselho e as categorias profissionais a ele vinculadas. Não é mais possível pensar num CREA voltado para dentro de si, como até bem pouco tempo atrás. Acreditamos que esse processo tem que avançar. Ainda existe muita estrada pela frente, e nós temos obrigação, como cidadão, de externar à sociedade a nossa utilidade. Acreditamos que só existe um candidato capaz de dar continuidade a este progresso de avanço porque passa o CREA-PE, pela sua participação no Conselho Federal onde coordenou todo o processo Constituinte do sistema CONFEA/CREA's e pela sua participação como conselheiro do CREA-PE, por dois mandatos, sendo hoje o 1º vice-presidente licenciado, que é o engenheiro Afonso Vitório.

**SENGE - Por que essa declaração pública de voto?**

**OSVALDO** - Não temos nenhum problema de declarar nosso voto a Afonso Vitório ao CREA-PE, bem como a Henrique Ludovice ao CONFEA, porque ambos os candidatos foram frutos de processo democrático de escolha onde tivemos oportunidade de participar diretamente. O nome de Afonso Vitório foi tirado através de consenso

depois de várias reuniões envolvendo os dirigentes e militantes de várias organizações profissionais. Não é por acaso que todos os diretores do CREA-PE, SENGE, APEE, AGP, AEP-PE, IPEAPE, AEF-PE, e presidente e ex-presidentes de várias outras entidades profissionais, também apoiam essa candida-

comprometido com o processo de democratização do sistema fosse eleito, iríamos proporcionar um avanço do sistema que seria de grande utilidade para a sociedade brasileira. Consolidada a idéia ficamos, juntamente com os presidentes dos CREA's de São Paulo, Alagoas e Santa Catarina, com a missão de lançar o nome



tura. Nós não aceitaríamos outro processo que não fosse este. Não estamos acostumados a acatar decisões de pequenos grupos defensores da sabedoria plena para resolver os problemas das categorias representadas no CREA-PE. O processo democrático é mais trabalhoso, reconhecemos, mas é o mais legítimo e é por causa dessa legitimidade que o nome de Afonso vem sendo bem aceito por todos os lugares que transitamos. Acreditamos na vitória do bom senso, acreditamos na vitória de Afonso Vitório.

**SENGE - E o CONFEA, como surgiu a candidatura do Henrique Ludovice?**

**OSVALDO** - Foi numa reunião de presidentes dos CREA'S e CONFEA. Achávamos que se um presidente de CREA, evidentemente

do Ludovice que hoje já conta com o apoio de 20 presidentes de CREA's e vários presidentes de entidades nacionais e profissionais. Henrique Ludovice representa a ala mais avançada do sistema profissional que terá responsabilidade dobrada, no momento em que o Congresso Nacional vivendo, talvez, a maior crise de sua história, se prepara para rever a Constituição de 88, onde o sistema CONFEA/CREA's teve participação, inclusive apresentando emendas, sendo algumas aprovadas.

**SENGE - Como o CREA, junto com os outros Conselhos Regionais e o CONFEA pretende atuar na Revisão Constitucional e o que na sua opinião deveria ser revisto ou fortalecido no texto da Constituição?**

**OSVALDO** - Estamos muito apreensivos com essa revisão. Os Conselhos devem se unir com outros segmentos da sociedade e promover um amplo debate para que as pequenas conquistas sociais consolidadas na atual Constituição não sejam removidas com a revisão. É necessário uma mobilização ampla para fazer frente aos lobbies já montados, como é o caso da FIESP que está recrutando 100 empresários, para um trabalho de revezamento atuar nas comissões e junto aos parlamentares individualmente, conforme matéria divulgada na revista Exame. O Sistema CONFEA/CREA's deverá liderar a defesa de alguns pontos que a febre da privatização tentará incluir no novo texto constitucional. Os setores estratégicos de Energia, Transporte, Comunicação e o uso do subsolo não podem ser privatizados. O custo social o desemprego e o enfraquecimento do País perante os grandes oligopólios internacionais, são elementos suficientes para barrar essa onda neoliberal que só atende aos grupos que sempre se beneficiaram da economia nacional. Não podemos esquecer neste momento de reunião o enorme contingente de famintos que tenderá a aumentar com essa nova investida do capital internacional. Na nossa opinião, o sistema CONFEA/CREA's deveria representar, como fez durante a elaboração do texto constitucional em vigor, entre outras, duas propostas de emenda: O Salário Mínimo Profissional e a Engenharia Pública, a exemplo da Constituição do Estado de Rondônia.

## Vamos às urnas no CREA

Pela primeira vez os presidentes do CREA e CONFEA vão ser eleitos no próximo dia 19, em eleições diretas, conforme determina a lei aprovada pelo Congresso Nacional. Em Pernambuco, o CREA realizou em 1984, com a eleição do engenheiro Jaime Gusmão, a sua primeira consulta prévia, iniciando, então, todo o processo de mudanças quanto a sua atuação junto aos profissionais e à sociedade.

Os colegas que estiverem em dia com a anuidade do exercício de 1993, poderão votar das 08:00 às 21:00 na sede do CREA e nos escritórios regionais de Caruaru, Salgueiro, Petrolina e no Clube de Engenharia de Pernambuco.

Na sede da Chesf, a votação será das 08:00 às 17:00 horas; na Compesa, das 08:00 às 18:00 horas; e na URB-Recife, das 08:00 às 13:30 horas. A coordenação da Comissão Eleitoral Regional informa que, após o término do horário de votação na Chesf, Compesa e URB, os profissionais poderão votar na sede do CREA-PE (Av. Agamenon Magalhães, 2978, Espinheiro) até às 21:00 horas.

